



O modelo de rede no estudo das práticas comunicativas: percursos para uma abordagem das interações telemáticas¹

Telma Sueli Pinto Johnson
Maria Beatriz Almeida Sathler Bretas
Universidade Federal de Minas Gerais²

Resumo

Este trabalho discute a noção de rede, incorporando à metodologia de pesquisa em comunicação as contribuições da teoria das multiplicidades, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e da teoria sócio-semiolinguística, de Patrick Charaudeau. Na primeira parte, apresentamos uma revisão histórica da noção de rede, com ênfase na apropriação do termo pelas ciências humanas e sociais. A seguir, discutimos a pertinência da aplicação da teoria das multiplicidades nos estudos aplicados das relações e práticas comunicativas em espaços sociais colaborativos na Internet. A terceira parte resgata a proposta de Charaudeau para um modelo da análise do discurso da mídia e sugere sua adaptação em estudos aplicados sobre as interações comunicacionais no ambiente das redes telemáticas.

Palavras-chave: Redes telemáticas; Práticas comunicativas; Metodologia.

1. As polissemias da rede

Pensar o modelo de rede como categoria epistemológica aplicada aos estudos da comunicação implica, num primeiro momento, resgatar os diferentes sentidos que o termo “rede” ganhou ao longo da história, especialmente suas apropriações no campo das ciências humanas e sociais, para então explorar as novas possibilidades conceituais e metodológicas que possam dar conta da interpretação e análise das relações e práticas comunicativas no interior das redes telemáticas.

Duarte (2003), parafraseando o físico David Bohm, afirma que o sentido de uma palavra é resultado de um espírito do tempo que o elege. “O fluxo de uma palavra no mundo leva sua história, agrega e dispersa valores, mas é interessante ver que tendo a palavra um percurso, ela pode informar muito mais do que o vocábulo circunstancialmente faz ver. O conceito apresenta-se como um campo vibratório, uma potência inominal de onde partem os sentidos regulares que nomeiam e capturam circunstancialmente essa potência” (p. 43).

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Tecnologias da Informação e da Comunicação.

² Telma Sueli Pinto Johnson é doutoranda em Comunicação Social pela UFMG, mestre em Ciência da Comunicação pela Southern Illinois University (EUA), bolsista da Capes e pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da UFMG - <tjohnson@globocom>; Maria Beatriz Almeida Sathler Bretas é professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, doutora em Ciência da Informação pela UFMG e pesquisadora do CNPq - <beatrizbretas@pesquisador.cnpq.br>.



Etimologicamente, a palavra “rede” é derivada do latim *rete*, que significava para os povos da Antiguidade o entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames etc., com aberturas regulares fixadas por malhas (FERREIRA, 1999). As *retis* eram, na verdade, quaisquer artefatos que lembrassem um sistema reticulado capaz de ser utilizado tanto na caça e pesca como nas atividades de suporte ou sustentação de pessoas.

Essa noção original de rede foi, aos poucos, ganhando novos contornos. No século XII, o termo passou a ser usado por médicos para designar o aparelho sanguíneo e as fibras do corpo humano (MUSSO, 2004). A polissemia da noção de rede se ampliou e, hoje, rede é metáfora para designar desde estruturas físicas reticuladas (rede de esgoto, rede elétrica), conjunto de meios de comunicação (rede telefônica, rede de televisão), redes de computadores (Intranet, Internet), até redes de organizações (rede de empresas, rede de ONGs).

Musso (2004, p. 33) afirma que apesar de o termo “rede” ter se transformado num “saco de metáforas”, ele continua ligado à remota relação metafórica com o organismo, mesmo que encontre hoje uma fonte regeneradora com o desenvolvimento das técnicas de comunicação. “O conceito de rede define a passagem e a transição. É um – ou mesmo ‘o’ – conceito *passé-partout* (chave-mestra): ele pode dar conta de toda técnica, teoria ou prática da passagem e da ligação”.

1.1 A sociedade como rede

Uma das primeiras apropriações do termo rede para a esfera social foi feita pelo sociólogo alemão Georg Simmel no emblemático artigo “How is society possible?”, escrito em 1908. Para Simmel, a resposta para esta questão só pode ser obtida pelo exame dos processos, e não das causas, que condicionam a existência dos indivíduos em sociedade. Um dos processos fundamentais é que dentro de uma determinada sociedade opera uma condição *a priori* de interações que surgem entre os indivíduos. Os seres humanos, nessa concepção, não vivem em torno de qualquer centro autônomo, mas, ao contrário, de interações com os outros.

A sociedade parece como um cosmos cuja natureza complexa e direção são ilimitadas, mas cada simples ponto pode ser fixado e pode se desenvolver somente de uma forma particular, caso contrário a estrutura inteira mudaria. O que tem sido dito da estrutura do mundo em geral – que nem um simples grão de areia poderia ter um formato diferente do que tem ou estar numa posição diferente da sua posição corrente sem condicionar alteração e sem acarretar uma mudança no todo – é verdade

sobre a estrutura da sociedade, ou sociedade considerada como uma rede de fenômenos inferenciados qualitativamente (SIMMEL, p. 19).

Simmel afirma que a estrutura fenomenológica da sociedade é a soma das existências e ações objetivas dos seus elementos e as inter-relações entre essas existências e ações. É um sistema em que cada um dos elementos ocupa um lugar individual, uma co-ordenação de funções e centros de funções que têm significância social e objetiva. Nesse sistema, não há espaço para aspectos puramente criativos ou pessoais do ego, seus impulsos e reflexos. Apesar de todas as discrepâncias que possa haver e dos padrões ideais, a vida em sociedade existe como se todos os seus elementos se encontrassem inter-relacionados de tal forma que cada um deles, por causa da sua individualidade, dependesse de todos e todos dependessem dele.

Esse conceito de sociedade como seres em ação, que interagem com base em certos estímulos ou em função de certos propósitos, é fundamentado por Simmel (p. 22) como um “dual nexus”. Como ele explica:

O vínculo pelo qual cada elemento social (cada indivíduo) é entrelaçado com a vida e as atividades do outro, e pelo qual a estrutura externa da sociedade é produzida, é um nexos causal. Mas é transformado num nexos teleológico tão logo seja considerado da perspectiva dos elementos que o comportam e o produzem – os indivíduos. Porque eles se sentem como egos cujo comportamento emerge de personalidades autodeterminadas e autônomas. A totalidade objetiva se rende aos indivíduos que a confrontam. Ela oferece um lugar para os processos de vida determinados subjetivamente, os quais, na sua individualidade, tornam-se elos necessários na vida do todo. É esse duplo nexos que supre a consciência individual com uma categoria fundamental e, por isso, a transforma em elemento social (p. 22).

A noção de interação como “ação recíproca”, desenvolvida por Simmel, influenciou profundamente a sociologia urbana da Escola de Chicago, especialmente os trabalhos de Robert Ezra Park que trouxeram uma contribuição mais direta, especialmente em anos recentes, para os estudos da Comunicação. Os problemas surgidos na virada do século XX com o crescimento das grandes cidades, reflexo da industrialização e do desenvolvimento capitalista, acentuaram a busca de elaborações teóricas e metodológicas para se entender o novo fenômeno urbano.

Park (1976), ao se dedicar à dinâmica das transformações em curso na Chicago do início do século e na temática do imigrante, acreditava que a grande cidade era o lugar mais apropriado para se observar as relações humanas impessoais e racionais, como um real laboratório para a investigação do comportamento coletivo. Para Park, a cidade é muito mais do que um amontoado de prédios, ruas e outros mecanismos físicos, é “um estado de espírito”. Em seu artigo sobre a cidade, publicado em 1916, ele



explicou os fundamentos de sua Ecologia Humana, que buscava estudar a vida e a cultura urbana como produto da natureza humana.

Existem forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana – na verdade, dentro dos limites de qualquer área de habitação humana –, forças que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado de sua população e instituições. A ciência que procura isolar estes fatores, e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças, chamamos de Ecologia Humana (PARK, 1976, p. 27).

Entre essas forças, Park cita transporte e comunicação, linhas de bonde e telefones, jornais e publicidade, construções de aço e elevadores como fatores primários na organização ecológica da cidade, porque tendem a provocar, simultaneamente, maior mobilidade e maior concentração de populações urbanas. “Fazer da imprensa ou dos transportes operadores da ecologia urbana é sublinhar que esta não tem por norma o equilíbrio, mas a troca e a irradiação, que uma cidade é algo esponjoso que atrai e repele ao mesmo tempo” (JOSEPH, 2005, p. 111).

Anos mais tarde, em 1936, Park escreveu um artigo no qual explicou que a ecologia humana era uma tentativa de empregar às inter-relações dos seres humanos um tipo de análise previamente aplicada para as inter-relações entre plantas e animais. Segundo ele, o termo “simbiose” descreve um tipo de relacionamento social que é biótico, em vez de cultural. A ordem biótica social alcança existência e é mantida pela competição. Nas sociedades de animais e plantas, a competição não é limitada pela ordem moral e institucional. Já nas sociedades humanas, a competição é consequência e efeito dessa limitação da ordem simbiótica social pela cultura.

Nesse artigo, Park (1936, p. 1) observa que a “web of life”, como conceito biológico fundamental e característico dos trabalhos de Darwin, é própria de todos os organismos vivos, como plantas e animais, porque eles são ligados por um vasto sistema de vidas interdependentes e interconectadas. No caso dos seres humanos, contudo, Park (p. 12) afirma que o que existe é uma “web of communication” (rede de comunicação) e é diferente da “web of life” que liga criaturas vivas em todo o mundo. Isso porque, para ele, as inter-relações dos seres humanos e as interações do homem e do seu *habitat* são comparáveis, mas não idênticas, com as inter-relações de outras formas de vida que vivem juntas e carregam um tipo de “biologia econômica” dentro dos limites do habitat comum.

O pensamento de Park lança luzes sobre a ecologia humana como forma de conhecimento e interpretação dos atores sociais em permanente processo de construção e fazer social. A perspectiva de Park é que os seres humanos, em permanente ação e interação, experimentam forças de competição e dominação e isso é inerente à natureza humana. A “rede de comunicação” humana, para ele, é o que faz com que quatro fatores – (1) população, (2) artefatos (cultura tecnológica), (3) costumes e crenças (cultura não-material) e (4) recursos naturais – mantenham o equilíbrio biótico e social, quando e onde eles existem.

1.2 O legado de Mead para os estudos das redes sociais

A Escola de Chicago também deixou como legado o pensamento do psicólogo social George Herbert Mead, a partir de sua abordagem sobre a natureza simbólica da vida social. Mead construiu, nas duas primeiras décadas do século XX, um conjunto de premissas que marcaram a centralidade do conceito de interação social e que tiveram como ponto de partida a oposição às perspectivas sociológicas, dominantes à época, que distinguiam os conceitos de indivíduo e sociedade.

A psicologia social de Mead, fundamentada no pragmatismo e no que ele chamou de “behaviorismo social”, tinha como principal proposta lidar com os processos da experiência social do ponto de vista da experiência individual. Como ele explicou:

Nós não estamos, na psicologia social, construindo o comportamento do grupo social em termos de comportamento dos indivíduos separados que o compõe; em vez disso, estamos começando com um determinado todo social de atividade de grupo complexa, dentro do qual nós analisamos (como elementos) o comportamento de cada um dos indivíduos separados que o compõe. Nós tentamos explicar a conduta do indivíduo em termos de conduta organizada do grupo social (...) Para a psicologia social, o todo (sociedade) vem antes da parte (o indivíduo), e não ao contrário (MEAD, 1934, p. 7).

Os sujeitos em permanente interação social, construindo e sendo construídos pela sociedade, é um dos pontos-chave do pensamento de Mead. A teoria da socialização de Mead parte da linguagem porque, segundo ele, o ato social só pode ser entendido enquanto ato de linguagem, devido à sua capacidade de organizar o conteúdo em experiência. “Queremos abordar a linguagem não do ponto de vista de significados internos a ser expressos, mas em seu contexto mais amplo de cooperação no grupo, ocorrendo por meio de sinais e gestos. O significado aparece dentro desse processo” (MEAD, 1934, p. 6).

A teoria de Mead está particularmente preocupada com a inteligência no nível humano, com a capacidade de ajuste dos homens dentro do processo social. Esse ajuste ocorre através da comunicação de símbolos significantes, que vão muito além de meros estímulos. O fator central desse ajustamento, para ele, reside no significado. O significado, nesse sentido, não é uma adição física ao ato social e nem uma “idéia” como tradicionalmente concebida. O significado é construído no próprio ato social. Segundo Mead (p.78),

A simbolização constitui objetos que não estavam constituídos antes, objetos que não existiriam fora do contexto das relações sociais onde a simbolização ocorre. A linguagem não simboliza simplesmente uma situação ou objeto que já existe; ela torna possível a existência ou aparência daquela situação ou objeto, porque é uma parte do mecanismo onde aquela situação ou objeto é criado. O processo social relaciona as respostas de um indivíduo aos gestos de um outro, com os significados desse último, e é por isso responsável pelo surgimento e existência de novos objetos na situação social, objetos que dependem ou são constituídos desses significados.

O papel da linguagem na construção social da realidade é tratado por Mead como também de fundamental importância no desenvolvimento do *self* (eu). A singularidade do *self* não é entendida como a propriedade de um organismo físico, que começa a existir a partir do nascimento de uma criança. Esta é a característica do corpo. O *self* surge, para Mead, no processo da atividade e experiência social e se desenvolve nos indivíduos como um resultado das suas interações consigo mesmo, com o mundo, com outros indivíduos. O *self*, portanto, tem a principal característica de ser uma entidade social reflexiva, o que indica que pode ser tanto sujeito como objeto.

É através da comunicação de símbolos significantes, tanto na comunicação intrapessoal como interpessoal, que o indivíduo pode se tornar um objeto para si mesmo. É a capacidade do indivíduo estabelecer relações e agir de forma significativa consigo e com os outros que o faz consciente do seu mundo interno e externo, empenhado em atos inteligentes e racionais. O *self*, antes de tudo, se desenvolve como uma estrutura social. Nesse sentido, o “eu” para Mead tem duas facetas distintas, mas inter-relacionadas, nomeadas como “eu-mesmo” e “mim”.

O “eu-mesmo”, explica Mead, é aquele com o qual cada indivíduo se identifica. É a resposta natural, espontânea, impulsiva do organismo às atitudes dos outros. Esse lado do *self* não é desenvolvido pela experiência consciente. O “mim”, ao contrário, é o conjunto organizado de atitudes dos outros que o indivíduo internaliza para atender às



expectativas dos diferentes papéis sociais que deve assumir. Esse papel coletivo no *self*, que ocorre com todos os indivíduos, foi chamado por Mead como “outro generalizado”. A subjetividade de cada indivíduo, portanto, é resultado da unificação dessas duas facetas do *self*.

O modelo de Mead oferece uma grande contribuição para a quebra do paradigma informacional que por muitos anos dominou os estudos no campo da comunicação social. Uma das principais contribuições de Mead, além de quebrar a tradicional dicotomia entre indivíduo e sociedade, é enfatizar a presença dos homens no mundo como atores sociais, interagentes, que influenciam e são influenciados na construção do social. Para ele, o homem ocupa um lugar no mundo como um ser que, através da capacidade da reflexão e racionalização, entra em processo de cooperação através da linguagem fazendo dos processos e práticas sociais uma realidade reticular em constante devir, em vez de algo que é dado como existência pré-objetiva e mecânica.

2. A figura da rede no domínio da comunicação

Olhar para a Internet como uma rede significa observar as articulações que ocorrem no seu interior, a partir das conexões formadas, das relações. O formato da rede, entendido sob uma perspectiva da sociabilidade humana, permite assim colocar em evidência as trocas horizontais que fluem nas variadas direções.

O contraponto entre relações horizontais e verticais talvez seja um dos melhores caminhos para se entender a dinâmica da Internet, uma rede descentralizada e sem poder proprietário. Quando se fala em relações verticais, a primeira lembrança que vem à mente são as relações hierárquicas caracterizadas pela subordinação, pelas relações de poder, pelo fluxo que via de regra ocorre de um ponto emissor para um ou vários pontos receptores.

A Internet, vista como um espaço social³, sugere que as relações ocorrem como linhas estendidas que se cruzam e entrecruzam em direção ao horizonte. A comunicação, assim, circula em várias direções, sem controle de fluxo, sem hierarquias. Nesses vários mundos, ambientes e contextos da rede, uma infinidade de subredes são

³ Aqui faz-se uma diferença entre “lugar” e “espaço”, adotando a diferença proposta por Michel de Certeau (1994). Segundo ele, um lugar é uma configuração instantânea de posições e implica uma indicação de estabilidade. Espaço, por sua vez, envolve vetores de direção, quantidades de velocidades e a variável tempo. O espaço é animado pelos movimentos que se desdobram. “O espaço é um lugar praticado” (p.201-202).

formadas, cada qual com diferentes configurações, das mais simples às mais complexas. As configurações não são fixas, mudam conforme as práticas. França (2002) sugere que, sendo a rede uma grande abstração, deve-se buscar investigar fenômenos na sua dimensão empírica.

Tomada como rede, ou teia complexa, percebemos inicialmente que a comunicação não tem limites definidos (a delimitação de uma situação é uma operação de pensamento) e deve ser sempre buscada na pluralidade de seus elementos e injunções; que suas variações refletem a dinâmica dos posicionamentos. Cada situação comunicacional, em sua realização particular, traz a interseção dessa particularidade (do ocorrencial) e do contexto em que se insere (a intervenção do estrutural) (p.71).

Este trabalho se baseia em pressupostos de que a Internet, como meio de comunicação e como suporte tecnológico, possui características intrínsecas quando comparada com as formas de comunicação interpessoais e com os meios de comunicação de massa tradicionais. A imprensa, a edição, o rádio e a televisão funcionam segundo um esquema “um para todos”, chamado por Lévy (2003, p. 195) de “esquema estrela”. Já o correio e o telefone desenharam um esquema em rede, “um para um”, no qual ao contrário da irradiação da mídia, as mensagens podem ser trocadas com reciprocidade:

O ciberespaço combina as vantagens dos dois sistemas anteriores. De fato, permite, ao mesmo tempo, a reciprocidade na comunicação e a partilha de um contexto. Trata-se de comunicação conforme um dispositivo “todos para todos” (...) Esse contexto comum, em vez de vir de um centro emissor todo-poderoso, emerge da interação entre os participantes (p. 195).

Rodrigues (1994) destaca que a lógica reticular da rede apresenta uma natureza lúdica. Tal caracterização insere um elemento novo na história da comunicação humana porque coloca em lados opostos modalidades tradicionais de solidariedade e modalidades eletivas. Segundo ele, a implementação desta lógica particular não implica apenas a perda das modalidades tradicionais, gera também novas modalidades de solidariedade:

Em vez de solidariedades enraizadas em comunidades de pertença, geram modalidades eletivas a que correspondem a valores estratégicos de máxima autonomia individual na escolha dos interlocutores, dependentes da conexão aos sistemas cada vez mais performativos da informação (p.191).

2.1 Redes como sistemas rizomáticos

O estudo aplicado das relações e práticas comunicacionais em comunidades virtuais pode encontrar suporte na teoria das multiplicidades, desenvolvida por Deleuze e Guattari (1995), ao elaborarem o conceito de rizoma. O conceito, originariamente



encontrado na botânica, foi modificado e aplicado pelos autores na filosofia com características que, hoje, podem ser transplantadas para o mundo concreto das redes telemáticas.

Deleuze e Guattari (1995) classificaram um sistema rizomático dentro de seis princípios aproximativos. Esses princípios serão brevemente apresentados aqui para que se possa ter uma visão geral da teoria das multiplicidades e como pode ser aplicada às trocas relacionais que se dão no ambiente da Comunicação Mediada por Computador (CMC). Em linhas gerais, diferentemente das árvores ou das raízes, um rizoma se conecta em todos os pontos e seus traços não são da mesma natureza. Um rizoma não tem começo nem fim, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, é um inter-ser. É um sistema a-centrado não hierárquico e não significante, unicamente definido por uma circulação de estados.

O 1º é o “princípio de conexão”: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 15). O 2º princípio é o da “heterogeneidade”, onde os autores explicam que, ao contrário da árvore lingüística de Chomsky, cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico. “As cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de coisas” (p. 15). Nesse sentido, o que está em jogo são os agenciamentos coletivos de enunciação, em permanente conexão de cadeias e realidades heterogêneas.

O 3º é o “princípio da multiplicidade”, um dos mais importantes da teoria, porque define um rizoma como uma multiplicidade, já que não há lugar para unidades de medida. Uma multiplicidade não tem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões, que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). Esse 3º princípio nos remete, de alguma forma, à definição mencionada de Simmel sobre a sociedade como rede de fenômenos diferentemente qualificáveis.

De acordo com Deleuze e Guattari, “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (p. 17). As multiplicidades, portanto, só podem ser vistas pelo fora: pela linha abstrata,

linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras (p. 17). Essas relações recíprocas, que se fazem, desfazem e refazem dão a característica do rizoma como um constante devir.

A “ruptura a-significante” é o 4º princípio da classificação. Esse princípio, de certa forma, está relacionado ao anterior porque admite que um rizoma possa ser rompido, quebrado em qualquer lugar, mas que sempre encontra uma forma de se reconstruir. É, novamente, a situação no devir. As rupturas, ou linhas de fuga, são partes da natureza do rizoma porque sempre haverá formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem o sujeito. “Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc., mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar” (p. 18).

O 5º e o 6º princípios do rizoma são metodológicos. São o princípio de “cartografia” e de “decalcomania”. Deleuze e Guattari observam que um rizoma não é um mecanismo de decalque, mas um mapa com múltiplos pontos de entrada, em constante mutação, por isso não pode ser demonstrado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. O decalque, para eles, consiste em algo que se dá já feito, uma cópia, uma imitação, uma representação. O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. “São os decalques que precisam se referir aos mapas e não o inverso” (p. 33).

A necessidade de um método para o estudo dos processos e práticas comunicacionais em redes telemáticas evidencia-se à medida que se multiplicam, se globalizam e se complexificam as relações entre atores sociais no espaço virtual. Como observou Domingues (2004), a necessidade do método se explica tanto pela constatação de que os sentidos nos enganam, como pela verificação de que o real nem sempre é o que parece ser e para se chegar à verdadeira realidade é preciso disciplinar nossos juízos sobre o real.

O ensaio e o erro, a conduta espontânea e aleatória, a crença em nosso feeling e em nossas intuições por vezes nos ajudam a conhecer a realidade, porém acidentalmente, o mais das vezes nos levam a “quebrar a cara” e a descobrir que estamos longe da realidade no momento em que sentimos tocá-la de perto e tê-la em nossas mãos: é preciso, pois, um método para regrar nossa conduta e disciplinar nossos procedimentos (DOMINGUES, 2004, p. 138-139).



Entendemos assim que as redes telemáticas, especificamente as comunidades colaborativas⁴ em operação na Internet, são passíveis de serem investigadas cientificamente de forma conveniente e produtiva partindo do conceito de rizoma desenvolvido por Deleuze e Guattari. Embora à época do desenvolvimento do conceito eles não tenham feito nenhuma referência direta às narrativas dialógicas que a Internet poderia oferecer, uma análise dos princípios expostos na teoria das multiplicidades demonstra que a Internet, como sistema tecnológico aberto e reticular, oferece as possibilidades das interações sociais múltiplas numa outra dimensão da vida real.

3. Uma possibilidade de apropriação metodológica para a noção de rede

Um estudo integrado tanto do dispositivo tecnológico da rede como das possibilidades de análise do discurso dos sujeitos em interação nas comunidades virtuais pode encontrar suporte na teoria sócio-semiolinguística, de Patrick Charaudeau. Parte-se, aqui, do pressuposto admitido por Charaudeau (2003) de que todo ato de comunicação se realiza num determinado ambiente físico que, por sua vez, tende a condicionar a sua realização. O dispositivo, portanto, é uma maneira de se pensar a articulação entre os elementos que formam um conjunto estruturado em virtude da solidariedade que os vincula.

Estes elementos são de ordem material, porém estão situados, dispostos ou distribuídos numa rede conceitual mais ou menos complexa. Trata-se, sem dúvida, do que constitui o ambiente, o marco, o suporte físico da mensagem, porém este conjunto não desempenha o papel de um simples vetor indiferente ao que transmite, nem pode transportar qualquer mensagem sem que esta se veja afetado pelas características do suporte. Todo dispositivo “in-forma” a mensagem e, ao fazê-lo, contribui para dar-lhe um sentido. Segundo um velho preconceito, o conteúdo poderia construir-se independentemente da forma e a mensagem seria o que é, independentemente do seu suporte. No entanto, como está bem estabelecido pela lingüística, e como sabem e têm dito os poetas, não há forma sem conteúdo, não há significante sem significado, nem mensagem sem suporte (CHARAUDEAU, 2003, p. 135).

A situação comunicativa, como define Charaudeau (p. 77), é um “cenário teatral”, com suas limitações de espaço, tempo, de relações, de palavras, na qual se interpreta a obra dos intercâmbios sociais e se outorga o seu valor simbólico. Os

⁴ Comunidades colaborativas na Internet são compreendidas como coletivos baseados em processos conversacionais, capazes de construir narrativas materializadas por jogos de enunciados.

condicionamentos que permitem a realização dessas trocas, para ele, são construídos através de convenções e normas de condutas lingüísticas sem as quais não poderia haver comunicação humana. O ato comunicativo concreto ocorre numa ambiência de co-intencionalidade, onde os interlocutores se submetem às exigências da situação de comunicação.

Essa co-intencionalidade é definida por Charaudeau como um “contrato de comunicação” e, nessa situação-contrato, há fatores externos e internos envolvidos. Os fatores externos não se tratam de dados em si lingüísticos, mas condicionamentos sociais dos interlocutores envolvidos no processo de comunicação. O autor agrupa em quatro categorias os fatores externos, cada uma das quais correspondente a um tipo de condição enunciativa (p. 79):

- 1) Condição de finalidade – aquela segundo a qual todo ato de comunicação deve estar organizado em função de uma meta, de um objetivo;
- 2) Condição de identidade – todo ato comunicativo depende dos sujeitos envolvidos e inclui, também, a natureza psicológica e social dos que realizam o intercâmbio;
- 3) Condição temática – todo ato de comunicação se constrói em torno de um âmbito do saber, um modo de dividir o mundo em “universos de discursos tematizados”, acerca dos quais se produz a troca;
- 4) Condição do dispositivo – o ato de comunicação se constrói de um modo particular segundo as circunstâncias físicas em que ele se desenvolve.

Os fatores internos, nessa classificação, dizem respeito aos dados propriamente discursivos. Esses dados se distribuem em três espaços de comportamentos lingüísticos que são os espaços da locução, da relação e da tematização. No espaço da locução, o sujeito deve justificar porque toma a palavra, deve impor-se como sujeito falante e identificar ao mesmo tempo o interlocutor a quem se dirige. É o que Charaudeau chama de “conquistar o seu direito de comunicar” (p. 81).

O espaço da relação é aquele em que o sujeito, ao construir a sua própria identidade como falante e a do seu interlocutor, estabelece relações de força ou de aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de conveniência com ele. Já o espaço da tematização é aquele em que são tratados e organizados os âmbitos do saber, os temas de intercâmbio, e que estão predeterminados pelas instruções contidas nos requisitos situacionais ou introduzidas pelos participantes na troca.

Como no conceito de rizoma, ou nas construções da noção de rede social desenvolvidas por Simmel e Park, a tese de Charaudeau reconhece o ato de comunicação como um sistema aberto, com algumas sobredeterminações, mas nada está determinado de antemão:

Embora seja certo que o sujeito falante sempre está sobredeterminado em parte pelo contrato de comunicação que caracteriza a cada situação de intercâmbio (condição comunitária do ato de comunicação e construção de sentido), somente está determinado em parte e ademais dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar o seu projeto de fala pessoal ou, dito de outro modo, de lograr um ato de individualismo através da prática discursiva para a qual pode eleger modos de expressão que correspondem ao seu projeto de fala. Portanto, contrato de comunicação e projeto de fala se completam: um aporta o marco das limitações situacionais e discursivas e, o outro, desenha a estratégia, o que leva a pensar que todo ato de comunicação é um ato de liberdade, porém um ato de liberdade vigiada (p. 82).

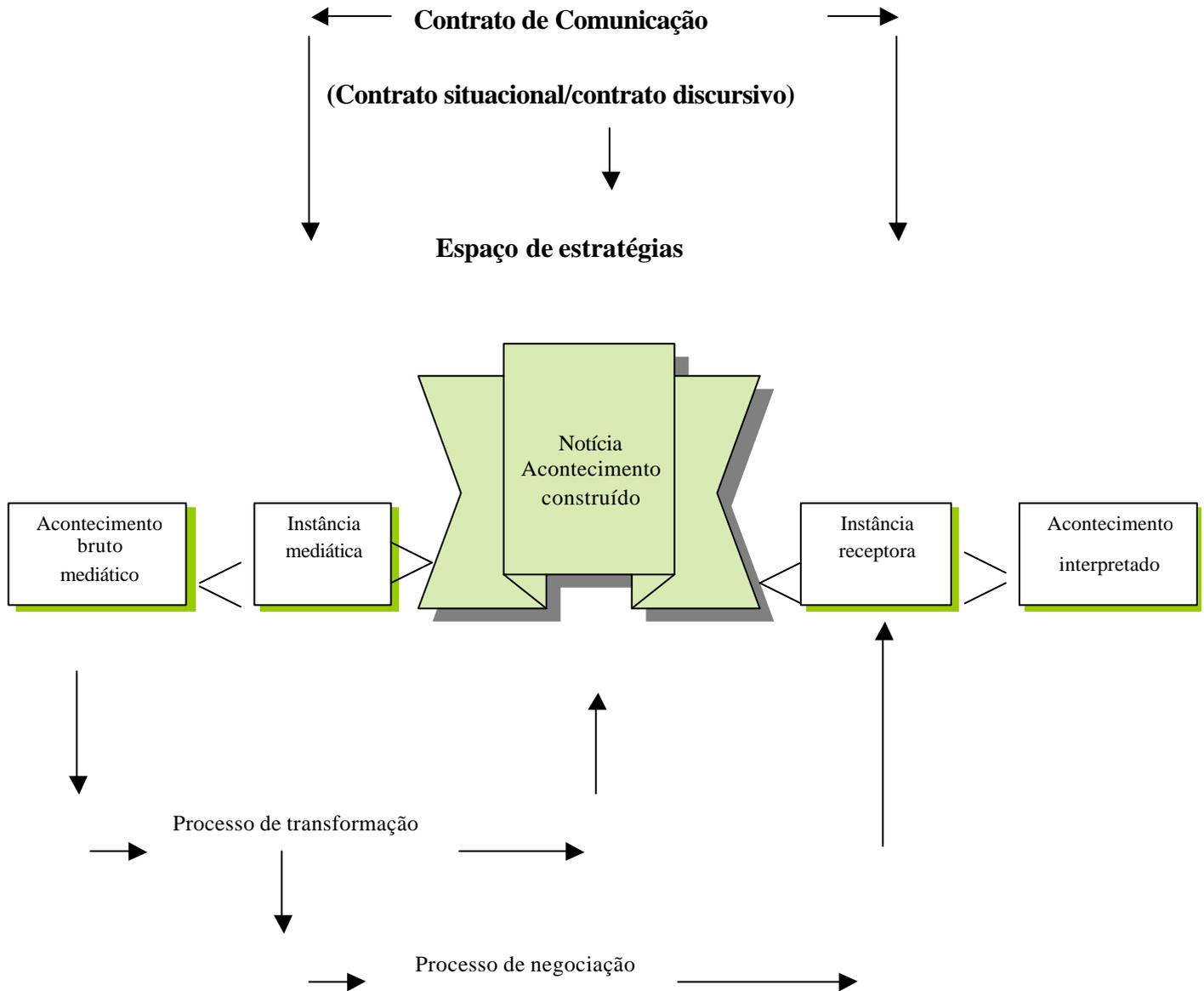
O campo contratual tem sido analisado por Charaudeau com o propósito de definir as condições específicas das situações de troca nos discursos informativo, demonstrativo e didático. Um dos principais focos de seus estudos nos últimos anos, bem como dos seguidores do seu modelo, tem sido o contrato de comunicação comum ao formato dos meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão e jornais impressos).

Dessa perspectiva, Charaudeau entende o contrato de comunicação mediática como um duplo processo de transformação e transação (negociação). O sujeito que informa constrói a informação a partir do “mundo por descrever” – que Charaudeau define como “acontecimento”. O processo de transformação do “acontecimento” consiste, na instância mediática, em fazer com que esse acontecimento passe de um estado que ele classifica como “bruto” ao estado do mundo mediático construído, ou seja, de “notícia”. Esse processo, no entanto, depende do processo de transação que consiste em construir a notícia em função do modo como a instância mediática imagina a instância receptora, o sujeito que interpreta a notícia à sua maneira.

Para Charaudeau (2003, p. 52), “o sujeito informador, preso nas redes do processo de transação, somente pode construir sua informação (processo de transformação) em função dos dados específicos da situação de troca”. Ele identifica que há três condições para a construção da notícia, envolvendo a suposição da ignorância do outro, transmissão de um saber e a suposição que o outro, de alguma forma, vai fazer uso desse saber.

O modelo de contrato de comunicação mediática proposto por Charaudeau pode ser demonstrado como na figura abaixo:

Figura 1



Esse modelo de contrato de comunicação tem se mostrado eficaz quando toma como objetos de estudo situações comunicacionais mediáticas onde a interatividade da instância receptora é diferida e difusa (BRAGA, 2006). Para um estudo sobre o modelo do contrato de comunicação em redes telemáticas, especificamente focado nos espaços sociais colaborativos na Internet, esse modelo precisaria, no entanto, sofrer adaptações a começar pela inclusão da noção de circularidade do processo comunicativo.

Cabe aqui, em linhas gerais, observar que o formato e funcionamento das comunidades virtuais experimentando o modelo colaborativo diferem,



significativamente, daqueles dos meios de comunicação de massa tradicional. Parte-se do princípio que o contrato de comunicação em redes colaborativas on-line apaga as figuras do sujeito que informa e o sujeito que interpreta, em meio a um jogo de transformação e negociação, e coloca no palco sujeitos falantes envolvidos com ações que conformam ou transgridem o contrato de comunicação, no permanente processo de construção da rede social on-line cujo propósito ou produto final, qualquer que fosse ele, não seria a produção de notícia nos métodos tradicionais dos meios massivos.

Haveria, portanto, dois momentos susceptíveis à análise baseados no modelo adaptado de Charaudeau. Por um lado, os processos relacionais envolvendo a análise das interações, conflitos e táticas de auto-organização entre os sujeitos-produtores da colaboração. E, por outro, o produto propriamente dito dessa interação construído on-line para os sujeitos em ação.

4. Conclusão

A proposta deste trabalho foi contribuir para o estudo das redes telemáticas, em particular a Internet, a partir de uma revisão da literatura em busca de aportes teóricos e propostas metodológicas que possam ser apropriadas para o estudo dos processos e práticas sociais em ambientes colaborativos.

As primeiras considerações da sociedade como rede, expressas por Simmel, bem como suas contribuições para estudos da comunicação levadas adiante por Park foram aqui relatadas como forma de apreender as complexas conexões que envolvem as interações sociais. Buscamos, também, resgatar as contribuições de Mead sobre a natureza simbólica dessas interações.

Essas reflexões nos levam a crer sobre a pertinência da aplicação da noção de rede atualizada a partir do conceito de rizoma, de Deleuze e Guattari, e articulada com adaptações do contrato de comunicação apresentado por Charaudeau, como caminho para procedermos a estudos sobre ações cooperativas em ambientes virtuais, nas quais a linguagem constrói as interações.

Referências bibliográficas

BRAGA, J. L. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.



- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARAUDEAU, P. Para uma nova análise do discurso. In: Carneiro, A.D. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996, p. 5-43.
- CHARAUDEAU, P. *El discurso de la información*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. Tomo 1: positivismo e hermenêutica. São Paulo: Loyola, 2004.
- DUARTE, Eduardo. Por uma epistemologia da comunicação. In: Lopes, Maria Immacolata (org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 41-54.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FRANÇA, Vera. Do telégrafo à rede: o trabalho dos modelos e a apreensão da comunicação. In: Prado, J. (Org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker Ed., 2002, p.57-76.
- JOSEPH, Isaac. A respeito do bom uso da Escola de Chicago. In: Valladares, L. (Org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 93-128.
- LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 183-204.
- MEAD, George H. *Mind, self, and society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1934.
- MUSSO, P. A filosofia da rede. In: Parente, André (Org.). *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 17-38
- PARK, R. E. *Human ecology*. The American Journal of Sociology, vol. XLII, n. 1, July 1936, p. 1-15.
- PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, O.G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1976, p. 26-67.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994.
- SIMMEL, G. How is society possible? In: Levine, D. (Ed.). *Georg Simmel: on individuality and social forms – selected writings*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971, p. 6-22.
- SIMMEL, G. The problem of sociology. In: Levine, D. (Ed.). *Georg Simmel: on individuality and social forms – selected writings*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971, p. 23-35.